



## **DESAFIOS INVISÍVEIS: CASAMENTOS PRECOSES E FORÇADOS ENTRE MULHERES IMIGRANTES**

Por Bárbara Backstrom, Investigadora Integrada no CICS.NOVA, docente da Universidade Aberta

O Dia Internacional dos Migrantes, celebrado a 18 de dezembro desde 2000, não apenas homenageia a diversidade cultural, mas também nos lembra dos desafios enfrentados pela população migrante em todo o mundo. Uma década antes, em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de Suas Famílias”, estabelecendo a necessidade de proteger os direitos fundamentais dos migrantes.

No contexto desse dia significativo, é essencial direcionar a nossa atenção para um grupo particularmente vulnerável: as mulheres migrantes. Muitas delas enfrentam obstáculos monumentais, como é o caso de casamentos precoces e forçados, práticas profundamente enraizadas em algumas culturas de origem.

Neste texto, o objetivo é destacar, a propósito desta data, os desafios enfrentados pelas mulheres imigrantes, especialmente no contexto de casamentos precoces e forçados. O texto procura, mais do que tudo, consciencializar o/a leitor/a sobre a complexidade dessas questões, destacando a importância de combater práticas prejudiciais para a saúde e que violam os direitos humanos das mulheres imigrantes.

### **Casamentos Precoces, Forçados e Mulheres Imigrantes**

Quando examinamos mais de perto a vida das mulheres imigrantes, especialmente aquelas provenientes de países onde práticas tradicionais como casamentos precoces e forçados e a Mutilação Genital Feminina (MGF) prevalecem, entramos num mundo de desafios invisíveis para muitos. Somos confrontados com a dura realidade dessas cerimónias, que muitas vezes acontecem antes que as jovens atinjam a maturidade física e emocional.

O casamento infantil está intimamente ligado à prática da mutilação genital feminina. Em certas comunidades, a MGF sinaliza que uma rapariga está pronta para o casamento, perpetuando um ciclo de abuso que afeta profundamente a saúde física e mental dessas jovens, afetando igualmente a sua liberdade, educação e direitos básicos. Estes casamentos acabam por resultar em práticas muito negativas para a saúde das crianças, jovens e mulheres imigrantes provenientes de países onde estas mesmas práticas ainda se mantêm, e continuam a ser reproduzidas nos países para onde se imigra, como é o caso de Portugal. São práticas profundamente enraizadas em tradições culturais, tornando a mudança de comportamento uma tarefa árdua. Permanecem no seio da nossa sociedade e, muitas vezes, a escola e a sociedade não se apercebem destes fenómenos, que ultrapassam a questão da saúde sexual e reprodutiva, interferindo em todas as esferas da vida destas meninas, jovens, e mulheres imigrantes:

“Existem argumentos culturais, relacionados com as tradições, para justificar os casamentos precoces e forçados, sendo muitas vezes vistos pelas próprias meninas como algo que é preciso manter e de que se orgulham. Por exemplo, em algumas comunidades, uma menina que tem um casamento arranjado desde cedo é melhor vista e aceite pela comunidade. Apesar destas razões, existem casos em que a prática dos casamentos forçados, arranjados e precoces, têm consequências extremas, levando a atos de violência e até à morte” (APF, 2023).

Existe o respeito pela cultura e pelas tradições, mas não se pode aceitar todas as práticas culturais e todas as tradições, sobretudo quando estas afetam a saúde física e mental, sendo consideradas um crime e um



Alguns títulos de notícias recentes destacam este fenômeno no nosso país: “Em seis anos mais de 600 casamentos envolveram pelo menos um menor de 18 anos” (Pereira, 2021). Na notícia, é referido que os casamentos precoces têm diferentes origens: uns incidem sobre portugueses, outros seguem a teia dos fluxos migratórios (Pereira, 2021).

A prática está longe de ser uma questão isolada nos países de origem. Ela persiste mesmo quando as mulheres migrantes se mudam para países como Portugal. A pandemia, por exemplo, exacerbou essa situação, resultando num aumento dos casamentos de menores, como relatado no Jornal Expresso Online de 23 de agosto de 2023: “Casamentos de menores em Portugal estão a aumentar depois da pandemia” (Jornal Expresso, 2023).

De acordo com o Roteiro da União Europeia para referenciação sobre o casamento forçado/precoce para profissionais de primeira linha, as pesquisas ocorridas nos Estados Membros da União Europeia demonstraram que o casamento forçado/precoce ocorre predominantemente no estrangeiro, a maioria das vítimas são raparigas de diferentes culturas e matrizes nacionais, e os autores são normalmente os pais ou membros da família, sendo os maus-tratos na família um fator de risco fundamental (SEF, s. d.).

Apesar dos inúmeros desafios que estas práticas colocam, já se notam alguns progressos para combater e erradicar as mesmas. Iniciativas como o grupo de trabalho formado pelo governo português para prevenção e combate aos casamentos infantis, precoces e forçados mostram um esforço contínuo para enfrentar essa questão. De igual forma, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras concebeu um novo modelo de sinalização de vítimas em viagem para países onde continuam a ser comuns estas práticas. Também tem vindo a aumentar “a capacidade de diagnóstico” e de sinalização, e tem havido um esforço para chegar a cada vez mais profissionais através de ações de informação/formação. Ao nível da União Europeia, a erradicação destas práticas constitui uma das prioridades da ação externa da UE no domínio da promoção dos direitos da mulher e dos direitos humanos (Goerens, 2018).

## Reflexões Finais

Em jeito de nota conclusiva, apesar de ser possível identificar a relação direta entre o casamento precoce e forçado com o fenómeno das migrações, faltam estudos e evidências que demonstrem a gravidade da situação. É um fenómeno de particular complexidade, ainda invisível, e que pode estar intimamente relacionado com a cultura e tradições de origem.

Nesta reflexão, verificou-se alguma dificuldade em encontrar dados, e sobretudo em distinguir dados de população migrante e população portuguesa. Pensamos que esta clarificação é fundamental e urgente para que se conheçam de forma mais aprofundada estes fenómenos, possibilitando um trabalho de prevenção e combate mais eficaz, dirigido a populações específicas.

O casamento precoce e forçado traz consequências nefastas, físicas e psicológicas, extremamente graves ao nível da saúde sexual e reprodutiva, porque uma menina que casa ainda enquanto criança não se encontra com o seu desenvolvimento físico e emocional concluído. O casamento precoce traz complicações mais frequentes durante as gravidezes e os partos destas meninas e raparigas, o que pode ser associado a maiores taxas de mortalidade materna.

Por fim, é crucial uma abordagem intersectorial e baseada no conhecimento para erradicar estas práticas prejudiciais. Organizações como a UNICEF, o Comitê dos Direitos das Crianças e o governo português expressaram sérias preocupações sobre esse aumento, destacando a necessidade urgente de combater essas práticas.



direitos humanos e a liberdade fundamental das mulheres imigrantes, garantindo que possam viver vidas dignas e seguras, independentemente da sua origem cultural. E deste modo podemos verdadeiramente honrar o espírito do Dia Internacional dos Migrantes e trabalhar para um mundo onde todos os indivíduos sejam tratados com dignidade e respeito, independentemente de sua origem ou situação migratória.

Este Dia Internacional dos Migrantes serve como um lembrete poderoso da nossa responsabilidade coletiva neste processo contínuo de proteger e promover os direitos de todos, independentemente da sua nacionalidade, e em garantir que todas as mulheres, independentemente de sua origem cultural, possam viver vidas dignas e seguras.

### Referências bibliográficas

Associação Para o Planeamento da Família (APF). (2023). Casamentos Forçados. Recuperado de <https://apf.pt/informacao-tematica/violencia-sexual-e-de-genero/casamentos-forcados/>

Goerens, C. (2018). Relatório Rumo a uma estratégia externa da UE contra os casamentos precoces e forçados – próximos passos. Comissão dos Assuntos Externos, Parlamento Europeu. Relatório – A8-0187/2018.

Jornal Expresso. (2023, 25 de agosto). Casamentos de menores em Portugal estão a aumentar depois da Pandemia. Recuperado de <https://expresso.pt/sociedade/2023-08-25-Casamentos-de-menores-em-Portugal-estao-a-aumentar-depois-da-pandemia-85590f21>

Pereira, A.C. (2021). Em seis anos mais de 600 casamentos envolveram pelo menos um menor de 18 anos in jornal público (online) [Em seis anos mais de 600 casamentos envolveram pelo menos um menor de 18 anos | Direitos humanos | PÚBLICO \(publico.pt\)](#).

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). (s.d.). Combate às Práticas Tradicionais Nefastas. Recuperado de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=103>